REQUERIMENTO Nº , DE 2016 (DO SR. JAIME MARTINS)

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater o documento apresentado pela Organização das Nações Unidas no evento Habitat III - A Nova Agenda Urbana.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública para debater A Nova Agenda Urbana apresentada pela Organização das Nações Unidas no evento Habitat III, realizado em Quito no corrente ano.

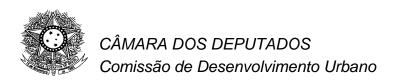
Para tanto, solicito a participação dos seguintes expositores:

- Senhor Marco Aurélio Costa Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
- Senhor Haroldo Pinheiro Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Em outubro de 2016 na cidade de Quito, no Equador, ocorreu a III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). A conferência objetivou renovar os compromissos políticos dos Estados sobre o tema do desenvolvimento urbano sustentável, avaliando os últimos vinte anos, considerando o combate à pobreza e detectando os desafios emergentes. O foco principal do evento foi o de consolidar uma nova agenda urbana global.

No que diz respeito aos efeitos, as conferências Habitat anteriores tiveram



importância fundamental na mudança de abordagem mundial das questões urbanas. As agendas mundiais decorrentes das conferências influenciaram na afirmação de direitos e na efetivação de políticas públicas para a construção de cidades mais justas.

Marco legal nacional formalizado em versão anterior do Habitat foi o Estatuto da Cidade, que traz em seu bojo uma série de avanços, obrigações aos gestores públicos e explicitamente o direito à cidade sustentável, ainda que com recorte restrito ao acesso a serviços básicos.

Outras atividades estão sendo construídas para consolidar a Nova Agenda Urbana no âmbito global. Merecem destaque os documentos temáticos sobre habitação e desenvolvimento urbano sustentável elaborados por especialistas mundiais indicados pelos Estados-partes: os *documentos temáticos*.

A finalidade dos documentos temáticos é aprofundar a análise de questões importantes sobre temas urbanos para discussões que, após um processo de consulta, resultaram em relatórios setoriais que apontam estudos, dados, práticas e desafios acerca de desenvolvimento urbano.

Portanto, Senhor Presidente, é indispensável que essa Casa se envolva na produção dos documentos temáticos e relatórios setoriais, debatendo e discutindo as melhores formas de implementar melhorias para o quadro do desenvolvimento urbano brasileiro.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres membros deste Colegiado a aprovação deste Requerimento

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado Jaime Martins (PSD/MG)